

**ESTADO NOVO, CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E A RESTRIÇÃO NOS  
PROCESSOS DE SOCIABILIDADE ÉTNICA ENTRE OS POLONO-BRASILEIROS  
NO SUL DO BRASIL: UNIÃO DAS SOCIEDADES OSWIATA**

**ESTADO NOVO, NACIONALIZATION CAMPAIGN AND THE RESTRICTION IN  
THE PROCESSES OF ETHNIC SOCIABILITY AMONG POLISH-BRAZILIANS IN  
SOUTHERN BRAZIL: SOCIETIES UNION OSWIATA**

Fabiana Regina da Silva\*

Rhuan Targino Zaleski Trindade\*\*

**Resumo:** Nosso envolvimento com a temática da imigração polonesa no Brasil tem sido conduzido através de nossas pesquisas de mestrado concluídas e de doutorado em andamento. Neste processo, como em qualquer caminho de pesquisa, ao visitar acervos históricos nos deparamos com uma riqueza de fontes que nos impulsionam a ampliar os horizontes de pesquisa a partir de novos questionamentos. Assim, propomos para este texto, a partir de fontes como documentos públicos e privados da Nacionalização contidas na Pasta “Nacionalização” do Arquivo dos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo em Curitiba – PR, realizar uma reflexão sobre a Campanha de Nacionalização e a restrição nos processos de sociabilidade étnica entre os imigrantes poloneses no sul do Brasil, mais especificamente em Curitiba-PR, tendo como foco a União das Sociedades *Oswiata*. A *Oswiata*, instituição de caráter católico-clerical, congrega e orienta durante a primeira metade do século XX, sociedades escolares, culturais e esportivas ligadas ao grupo étnico em vários locais do país. O período histórico definido como Estado Novo (1937-1945), ao dar amplitude para a nacionalização compulsória, fez com que a *Oswiata*, assim como outras iniciativas étnicas no Brasil, sofresse restrições nos seus processos de sociabilidade, dadas por uma fiscalização sistemática e censura efetiva, tanto na produção de materiais de notícias e informes, quanto na imprensa pedagógica e nas atividades sociais, educacionais e culturais e uso da língua materna. Estas particularidades são emergências necessárias para a historiografia e para o desvelamento de questões que ainda permanecem sem maiores aprofundamentos.

**Palavras-Chave:** Sociabilidade Étnica; União das Sociedades Oswiata; Nacionalização; Polono-Brasileiros

---

\*Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Possui mestrado em Educação pela mesma instituição. E-mail: [fabianareginadasilva@yahoo.com.br](mailto:fabianareginadasilva@yahoo.com.br).

\*\*Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Possui mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). E-mail: [rhuan.trindade@hotmail.com](mailto:rhuan.trindade@hotmail.com)

**Abstract:** Our involvement with the issue of Polish immigration in Brazil has been conducted through our concluded master thesis and doctoral researches in progress. In this process, as in any way of research, when visiting historical collections we are faced with a wealth of sources that impel us to widen the horizons of research from new questions. Thus, we propose for this text, from sources such as public and private documents of the *Nacionalização* contained in the "Nacionalização" folder of the Archives of the Priests of the Congregation of Mission of São Vicente de Paulo in Curitiba - PR, to carry out a reflection on the *Campanha de Nacionalização* and the restriction on the processes of ethnic sociability among Polish immigrants in southern Brazil, more specifically in Curitiba-PR, focusing on the *Oswiata* Union of Societies. Oswiata, a Catholic-clerical institution, congregates and guides, during the first half of the twentieth century, school, cultural and sports societies linked to the ethnic group in various parts of the country. The historical period defined as Estado Novo (1937-1945), in giving amplitude to the compulsory nationalization, made that the Oswiata, like other ethnic initiatives in Brazil, suffered restrictions in their processes of sociability, given by a systematic inspection and censorship effective, both in the production of news materials and reports, as well as in the pedagogical press and in social, educational and cultural activities and use of the mother tongue. These particularities are necessary emergencies for the historiography and for the unveiling of questions that still remain without further deepening.

**Keywords:** Ethnic Sociability; Union of Societies Oswiata; Nacionalization; Polish-brazilians

### Considerações Iniciais

A historiografia que trata da entrada de imigrantes europeus no Brasil e, seu posterior direcionamento para distintas regiões do país durante os séculos XIX e XX, emerge dimensionamentos de contextos de inserção de modo geral, permeados pela falta de estrutura básica necessária. Neste sentido, a não existência de igrejas e escolas foi também condição para que se desenvolvessem nestes espaços, a partir de demarcações étnico-culturais, processos de sociabilidade diversos, tidos como importantes pelos imigrantes e erigidos a partir de objetivos como a manutenção das fronteiras e traços culturais (BARTH, 1969).

Estas demarcações tratadas por Barth são relevantes na configuração de um grupo étnico em constante reelaboração, quando, este “não é mais definido *per se*, mas como uma entidade que emerge da diferenciação cultural entre grupos que interagem em um contexto dado de relações interétnicas” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p.82).

No caso dos imigrantes poloneses, presentes em maior número no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), tais articulações não diferem dos demais grupos de imigrantes, entre eles, italianos, alemães, ucranianos, quando, estes processos de sociabilidade

se dão a partir de uma riqueza associativa étnica na organização de capelas, igrejas, associações e sociedades culturais, sociedades escolares, recreativas, esportivas, entre outras. São articulações de cunho religioso, cultural, econômico e político.

Ao instalarem-se no Brasil após sua chegada, já não são mais somente polacos e/ou poloneses, entre outras definições. São polacos e/ou poloneses no Brasil. Giralda Seyferth (2011), ao tratar de teuto-brasileiros e a *dimensão cultural da imigração*, embasada em Hannerz (1996), traz como ponto de partida o transnacionalismo e destaca ser este um fenômeno mais modesto que a globalização, mas, que compartilha “a característica de não estar contido num único Estado”, quando, “apontam para uma dinâmica transnacional envolvendo atores sociais que de alguma forma, "transitam" entre dois Estados nacionais, desempenhando papel importante na definição da etnicidade”. Partindo desta construção teórica a definição do grupo a partir de sua integração à sociedade brasileira, seria *polono-brasileira*. Além de Seyferth (2011), Dembicz (2001), Malczewski (2007) entre outros, também já se utilizaram da definição identitária hifenizada.

Tendo em vista as já citadas demarcações historiográficas, cabe destacar também, que os estudos relacionados à sociabilidade étnica entre grupos de imigrantes têm sido ampliados nos últimos anos, principalmente no campo da História e em pesquisas na História da Educação, Migrações e estudos culturais, fato que também é verificável em relação aos polono-brasileiros, embora, no âmbito acadêmico ainda estejam ainda em menor volume na relação com outros grupos de imigrantes europeus, como, por exemplo, italianos e alemães. Dentro deste movimento, tem se evidenciado que as práticas de sociabilidade étnica são importantes para a configuração do grupo, tendo em vista a manutenção e fortalecimento da *polonidade* como identidade étnica.

Para Gluchowski (2005, p. 11-12) o “patriotismo polonês” ou o “nacionalismo polonês”, possuía importância elevada para seus descendentes devido ao fato de que estiveram por longos anos perpassados por uma trajetória de exploração e *desnacionalização* resultantes da partilha de seu território. Ao longo do século XIX, após múltiplas revoltas independentistas polonesas (sobretudo 1830 e 1864), processos de *russificação* e *germanização* foram levados a cabo pelos regimes imperiais ocupantes da Polônia com restrições ao uso da língua polonesa e a profissão da fé católica na região, objetivando manter o domínio local e impedir a possível volta do Estado polonês.

Porém, a *desnacionalização* se daria em diferentes níveis de acordo com a potência usurpadora de cada parte do território. Na Áustria-Hungria, sobretudo após a constituição de 1867, havia maior liberdade para os diferentes grupos presentes no Império, incluindo os poloneses. A realidade aí vivenciada difere bastante da região ocupada pela Rússia, por exemplo, onde as práticas de cerceamento eram mais efetivas. Mesmo assim, as diversas formas de manutenção da *polonidade* são fortalecidas por ligações primordiais, não essencialistas, durante a resistência à usurpação pela Prússia, Áustria e Rússia (entre 1795 e 1918), levadas com os imigrantes para os distintos locais da emigração.

Conforme Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 88) “Estas “ligações primordiais” são aquelas que ligam os indivíduos por uma relação à qual atribuem uma qualidade especial que se refere à própria natureza do vínculo, independentemente das relações efetivas”. Para eles, estes vínculos “são dotados de uma significação inefável, como aquela que se atribui aos vínculos de parentesco, e são caracterizadas pela intensidade da solidariedade que suscitam, por sua força coercitiva e pelas emoções e o sentimento do sagrado que lhe são associados”. Ainda, “compartilham a herança cultural transmitida por ancestrais comuns, fonte de ligações primárias e fundamentais” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, p. 88).

Ao pensarmos os processos de sociabilidade, permeados pelo recurso identitário e a manutenção da *polonidade*, surgem alguns elementos constitutivos da identidade: língua, religião, o ambiente social, cultural, econômico e político em que são inseridos. No Brasil, com o reconhecimento da Polônia independente a partir de 1918, estes elementos são instrumentalizados, (re) configurados mais livremente e fortalecidos, ocasionando um novo estímulo para o pertencimento identitário. A partir daí, as instituições religiosas, culturais, intelectuais, comerciais, financeiras, entre outras, organizadas pelos migrantes poloneses e seus descendentes se multiplicam no contexto brasileiro, cujas forças estão ancoradas na vinculação à nação ressurgida.

Tornava-se mais fácil estabelecer a vinculação e receber o reconhecimento dos demais grupos étnicos a partir da reunificação, “Termos como *germanidade*, *polonidade* e *italianidade* apareceram nos discursos de imigrantes e descendentes para assinalar uma vinculação cultural à nação de origem” (SEYFERTH, 2012, p. 18), estes se sustentam em “representações narradas” (ZANINI, 2006) necessárias à manutenção de vínculos identitários, tendo em vista, a “importância social e política das representações” (CATROGA, 2015, p. 74) aí difundidas.

Embora por alguns anos o Brasil tenha oferecido um contexto favorável para a sociabilidade e a manutenção das demarcações étnico-culturais-identitárias, os processos de sociabilidade étnica entre imigrantes e nas variadas formas de organização, a normalidade de seu funcionamento, atividades e uso cotidiano da língua materna nos contatos entre os membros do grupo, ensino escolar, práticas religiosas e produção de materiais diversos, apesar da sua (re) configuração no país de acolhida, iriam sofrer interferências durante o período definido historicamente como Estado Novo (1937-1945), através da política de nacionalização compulsória.

Durante o Estado Novo, as emergências destas identificações representadas e efetivadas no pertencimento étnico-cultural-identitário foram alvo de constantes e eficazes restrições através de uma política de fiscalização, vigilância, repressão e tentativa de “apagamento” em prol da construção de uma “identidade nacional” (brasilidade), num jogo de lutas de identidade e representações em que o “controle da significação e a imposição do sentido são sempre uma questão fundamental das lutas políticas ou sociais e um instrumento maior da dominação simbólica” (CHARTIER, 1988). Então, o estrangeiro e suas instituições passam a ser um “inimigo-objetivo”, no sentido atribuído por Arendt (2012), para o regime estadonovista e sua constituição da identidade nacional brasileira e do cidadão ideal, devendo ser, portanto, os indivíduos e as “zonas desnacionalizadas”, extirpados.

### **Associações, Sociedades, iniciativas étnicas e a União das Sociedades *Oswiata***

As Associações, Sociedades e demais iniciativas étnicas polono-brasileiras se espalharam durante os séculos XIX e XX pelas regiões brasileiras de colonização e inserção imigrantista. Como mencionamos na introdução, estas iniciativas foram fortalecidas e ampliadas durante o início do século XX, após a reunificação da Polônia e a instauração da II República Polonesa (1918-1939), somando-se a isso, a ainda não mencionada “febre brasileira” (imigração massiva de poloneses entre 1890-1894) entre o final do século XIX e início do XX. Tal presença é destacada por Malczewski (2008), Weber (2015), Gardolinski (1969), Malikoski (2014), Siuda-Ambroziak (2014), entre outros.

Embora muitas destas iniciativas tenham sido formalizadas somente após a reunificação, devido às questões formais e burocráticas pela não existência da condição

política de Estado e do consulado polonês, muito antes já existiam diversas instituições do grupo no Brasil, em distintas formas e manifestações como supramencionado.

Dentre aquelas que se fizeram presente ainda no século XIX, se sobressaem as Sociedades Escolares Étnicas, que, no contexto educacional brasileiro elitista e excludente, com a presença de escolas públicas somente nas principais capitais, surgem como iniciativas particulares, mantidas pelos membros do grupo étnico e articulando processos educacionais escolares na língua materna e também de forma bilíngue, com ensino de história e geografia da Polônia e do Brasil. “Eram escolas étnicas porque retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes” (KREUTZ, 2005, p. 72). A categoria tem sido assim evidenciada por estudos como os de Lúcio Kreutz e Terciane Ângela Luchese, Adriano Malikoski, Valquíria Elita Renk, entre outros.

Com ressalva às diferentes formas e níveis de proibições nas diferentes regiões e ocupações e a existência de instituições oficiais de ensino escolar, mesmo assim, conforme Gardolinski (1976, p. 14), a Polônia contava com a maior percentagem de analfabetos da Europa devido à falta de interesse das potências usurpadoras quanto ao “aprimoramento do nível cultural dos seus súditos”, dificultando o processo escolar polonês com vistas a fortalecer a *desnacionalização*. Em relação à organização de grupos e suas sociedades escolares, Wachowicz (2002, p. 32) destaca que “na Polônia era proibido este tipo de associação”.

Apesar da proibição, existiram muitas organizações não oficializadas que se mantiveram na invisibilidade proposital. A proibição de atitudes associativas entre os súditos aliava-se à desarticulação da resistência à dominação, então, muitas existiram na subversão, geralmente ligadas a atuação de intelectuais, religiosos e agentes étnicos.

Weber (2015) destaca “diferentes modos de ação étnica” e a “presença de “agentes étnicos” e “intelectuais étnicos”, tanto laicos como religiosos” no Brasil a partir do final do século XIX, dentre estes, representantes de “instituições religiosas (os Vicentinos)” e, “instituições estatais” (representantes consulares) (WEBER, 2015, p. 253). Trindade (2016, p.133), também faz destaque para as lideranças comunitárias, “elementos religiosos (sacerdotes e lideranças leigas)” e os “intelectuais poloneses locais”. De todo modo, os intelectuais foram presenças decisivas nas atividades associativas do grupo e articulações de caráter diverso daí emanada.

Estas presenças com perfis diferenciados, principalmente a partir da delimitação migratória chamada “febre brasileira”, são fomentadoras das instituições existentes, dos seus meios de comunicação e da criação de novas, tornando possível um espaço de acalorados embates internos à comunidade, facilitados por iniciativas como: a *Centralny Związek Polaków w Brazylii* (União Central dos Polacos no Brasil) - conhecida como *CZP*, o Conselho Geral das Sociedades *Junak (Naczelna Rada Junacka)* - organização de educação física, a Associação Polonesa de Livre Pensamento (*Polskie Stowarzyszenie Myśli Walnej*), entre outras.

Em 1918, as colônias polonesas começaram a receber acompanhamento do ressurgido Estado polonês, que, no intuito de preservar a identidade étnico-cultural e auxiliar os emigrados, enviava diplomatas, professores, instrutores, educadores e materiais de apoio (como livros, cartilhas e cadernos). Em relação às iniciativas escolares, Stawinski (1977) pontua que essas medidas introduziram sensíveis melhoras na qualidade e desempenho do sistema de ensino das escolas étnico-comunitárias polonesas.

Neste contexto de resistência, lutas políticas e questões étnico-culturais-identitárias, surgiram disputas e embates que reverberam na forma como as iniciativas étnicas viriam a apresentar-se em seus processos de sociabilidade. Desde o XIX, os seguidos embates no seio da comunidade polonesa motivariam a divisão em dois blocos: os progressistas e os clericais, colocando em choque, intelectuais vinculados, ou não, à Igreja Católica. Estas disputas continuaram ao longo do século XX e são percebidas na organização do sistema escolar polonês no Brasil.

Conforme Wachowicz (2002) surgiram, ao longo do tempo, tentativas de criar um órgão central e, então são criadas a “Sociedade da Escola Popular”, em 1904 e em 1913 a “União dos Professores Poloneses no Brasil” (*Zrzeszenie Nauczycielstwa Szkół Polskich w Brazylii ou Zrzeszenia Nauczycieli Szkół Polskich w Brazylii*), destaca ainda, que “Durante a guerra, atuando pela libertação da Polônia, surgem entidades como a “Comissão Polonesa Militar na América Latina” que, em 1920, transforma-se na *Kultura*, de viés progressista e anticlerical”. Em oposição à União das Sociedades Polonesas *Kultura*, surge em 1921, a *União das Sociedades Polonesas Oswiata* (católico-clerical), centralizada pelos padres vicentinos da Missão.

Desta forma, *Kultura* e *Oswiata* representaram a união das Sociedades e iniciativas diversas. Ambas seriam as vinculações de orientação das organizações associativas existentes

nos estados brasileiros em que a imigração polonesa fazia-se presente, no caso das educacionais, embasados em percepções pedagógicas da Polônia e da educação polonesa.

Conforme a publicação “75 Anos de Presença dos Padres Vicentinos” de 1978, dos padres da Congregação Vicentina da Missão Província do Sul, publicada em comemoração aos 75 Anos da vinda dos primeiros missionários vicentinos da Polônia para o sul do Brasil, a *Kultura* e a *Oswiata* eram “forças antagônicas” nas atitudes relacionadas à questão do ensino religioso nas escolas, assim, a polêmica era divulgada através da imprensa que os representava, os jornais: “LUD”, a favor das escolas católicas e “SWIT”, a serviço da “KULTURA”.

De imediato, a *Kultura* e a *Oswiata*, tiveram para além da atividade de organizar e operacionalizar certa unidade nos processos educacionais escolares de suas sociedades escolares filiadas, representação em relação às associações diversas relacionadas ao grupo étnico e dinamizaram complexas redes e estratégias político-ideológicas e culturais atreladas às representações étnico-culturais do grupo, que, a partir da etnicidade, se disseminavam instrumentalmente em detrimento dos interesses comuns (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011).

Conforme a proposta deste texto, a motivação maior para a discussão é a União das Sociedades *Oswiata* (clerical-católica), ligada à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo. A *Oswiata* é criada com o intuito de reorganizar as estruturas socioculturais, congregar diversos processos de sociabilidade e manutenção étnico-cultural, além, de orientar as demais sociedades a ela filiadas, com atividades nos diversos locais de colonização e inserção de imigrantes poloneses no Brasil. A partir desta, são produzidos materiais de imprensa pedagógica, religiosa, almanaques e jornais de notícias (como o *Lud* – O Povo - de orientação religiosa) e anticomunista. Sua fundação é considerada formalizada em 11 de dezembro de 1921, embora, algumas das atividades que lhe cabem já eram desenvolvidas em período anterior.

O LUD era um dos jornais mais antigos entre os poloneses residentes no Brasil, sendo editado em Curitiba. Marcado por um teor nacionalista, sua postura política era amplamente desfavorável ao regime comunista, não raramente realizando campanhas veladas contra este e mais tarde contra o consulado polonês. Em artigos de primeira página denunciava a perseguição a Igreja Católica e do clero pelo regime comunista, postura reveladora de sua posição e dos grupos aos quais o jornal se encontrava vinculado (GODLIAUSKAS ZEN, 2010, p. 200).



A partir disso, nos desafiamos a emergir elementos que contemplem a intervenção nos processos de sociabilidade na União das Sociedades *Oswiata* durante a Nacionalização compulsória. Nossa análise se dá em fontes como: Documentos públicos e privados da Nacionalização da “*Pasta Nacionalização*” existentes no Arquivo dos Padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo – Curitiba – PR. São correspondências policiais, telegramas, correspondências e cartas em geral, jornais, livros, revistas e boletins censurados. Também estamos amparados na historiografia já produzida, podendo destacar, Renk (2014) e sua discussão sobre o tema no estado do Paraná, ao tratar do processo de nacionalização das escolas polonesas e ucranianas, questões relacionadas à identidade étnica e exigências legais, fiscalização, entre outras, e, também, Erick Reis Godliauskas Zen (2010), com a análise sobre a documentação do Deops – SP.

### **Estado Novo e a Campanha de Nacionalização: *Oswiata* “na mira” da nacionalização compulsória.**

Com uma composição étnico-racial e cultural bastante diversa em virtude da significativa entrada de imigrantes durante os séculos XIX e XX, a realidade multiétnica e cultural brasileira (sobretudo no sul e sudeste do país) não facilitaria com a formalização de uma identificação nacional homogeneizadora, cujo processo em andamento tinha raízes aprofundadas em outros contextos. Porém, mesmo encontrando pontos de resistência, a nacionalização compulsória seria uma campanha irreversível de aniquilação de muitas das manifestações étnico-culturais-identitárias.

O movimento iniciado na Europa no século XVIII, pautando novas ideias, a partir dos ideais liberais e iluministas difunde-se pelo Ocidente, fator que refletiria em grandes transformações, chegadas ao Brasil, mais fortemente, no século XIX. Para Veiga (2007, p. 80), “a difusão no Ocidente dos governos constitucionais, a institucionalização de direitos, bem como, a igualdade jurídica entre os indivíduos”, acaba por “cunhar novas expressões como: ‘cidadão’ define a pessoa no âmbito social; ‘cidadania’ lhe confere uma qualidade e ‘nação’ traduz o seu pertencimento”.

Nesse contexto, o termo *nação* passou a fundamentar o poder político que organiza uma comunidade de indivíduos dotados de liberdades e de direitos

e **unificados por uma mesma tradição cultural**. A referência inclui uma idéia de pertencimento que ultrapassa o território geográfico ou a religião e se fixa na lealdade aos princípios unificadores de um povo: **leis, língua, hábitos e comportamentos** (VEIGA, 2007, p. 86, *grifo nosso*).

Nesse contexto de transformações, opera-se também a institucionalização da República e o estado voltado para uma modernização capitalista que vê a consolidação da nação como imprescindível e, desta forma, busca incentivar ações para efetivá-la. A institucionalização de direitos, bem como a igualdade jurídica entre os indivíduos empreendida em momento anterior, era fator muito bem recebido pela população em geral, principalmente entre imigrantes, aliados à busca pela ampliação de direitos políticos e sociais. Tornar-se uma nação associava-se fortemente ao desenvolvimento econômico: “era o movimento de afirmação de uma unidade simbólica, necessária pela modernização econômica” (KREUTZ, 2011, p. 351).

A articulação dessa política é iniciada a partir das Guerras Mundiais, fortalecida pela concepção de que agentes nazistas e fascistas dentre a população brasileira, estariam atuando em defesa às nações de origem, através de, conforme destaca Seyferth (2010, p. 47) “redes de suporte desde o início do fluxo migratório para o Brasil”, fortalecendo “vinculações mantidas entre imigrantes e o país de origem”, “relações transnacionais”. Ademais, se somava o combate ao perigo representado pelas ideologias consideradas “estrangeiras”, de esquerda (comunismo, anarquismo, socialismo e antifascismo).

Desde a Primeira República, são empreendidas atitudes inicialmente discretas, em caráter de gradual assimilação. Porém, a partir de 1918, após o fim da Primeira Guerra Mundial, a tomada de providências para ampliar, entre os brasileiros a incorporação do civismo, pertencimento e devoção ao país, tornaram-se mais ostensivas a partir de 1930 e notáveis a partir de 1938, com a política de nacionalização compulsória do Estado Novo, que, de forma mais contundente, visava desarticular os chamados “quistos étnicos” ou “zonas desnacionalizadas”.

Segundo Giralda Seyferth (1981, p. 175) “O programa de ação de campanha tinha como premissa erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente, nos três Estados do sul, e inculcar nas populações de origem européia (especialmente alemães, poloneses e italianos) o sentimento de brasilidade”. Esse programa, portanto, pretendia a assimilação compulsória ou forçada das minorias acima mencionadas, através de uma legislação

específica, que colocou à margem da lei a maior parte das instituições (sociedades assistenciais, imprensa, escola, etc) consideradas “estrangeiras”.

A ideia de “brasilidade” tornou-se um dos pilares que sustentavam o ideal de formar um povo integralmente homogêneo adaptado à “realidade brasileira”. Dessa forma, romper com os “quistos étnicos” fazia parte dessa estratégia de integração, ou, como podemos dizer, de assimilação. As medidas mais violentas para romper os laços de solidariedade e identidade foram, sem dúvida, as proibições do ensino e uso de línguas estrangeiras, bem como a circulação de literatura em qualquer outro idioma que não o português. Dessa forma, a língua portuguesa passou a ser entendida como “cimento da brasilidade”, adentrando nas organizações coletivas nas manifestações religiosas e, por fim, na esfera privada dos lares. [...] (GODLIAUSKAS ZEN, 2010, p. 147).

A chamada “nacionalização compulsória” é dada a partir de medidas intervencionistas como a atuação da polícia e do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS - polícia política criada em 1924 que perdura até 1983, fortemente utilizado pelo Estado Novo para os projetos nacionalizadores. As ações de legislação específica são efetivadas em decretos estaduais e da legislação federal nos anos de 1938 e 1939, firmada oficialmente a partir do Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, e, em seu capítulo XVI, que trata das disposições gerais e transitórias, estabelecia que:

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro à menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

O capítulo VIII do mesmo decreto, tratando da concentração e assimilação, faz o seguinte destaque:

Art. 39. Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia será constituído por estrangeiro de uma só nacionalidade.

Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

As orientações estabelecidas no decreto são expressivamente proibitivas, impositivas e limitadoras nas questões étnicas, assim, a assimilação, imaginada como um dos processos de construção da nação torna-se sinônimo de erradicação, extirpação de quistos étnicos. Tal objetivo levou a uma série de mudanças: reformas educacionais, aprimoramento da legislação trabalhista e a nacionalização das empresas (o país precisava fortalecer a indústria e o mercado nacional), além, de ações de apropriação, desocupação e fechamento de jornais, expulsão de estrangeiros, ampliação da propaganda nacionalizadora.

Em estados brasileiros como São Paulo, Godliauskas Zen (2010) evidencia a tentativa de limpeza étnica a partir da intolerância étnica e política, visando à construção de uma identidade nacional, efetivada pela polícia representando o Estado, entre imigrantes lituanos, poloneses e russos, estes, identificados como vindos do leste europeu e, por assim ser, considerados suspeitos de vocação revolucionária. Conforme o autor:

A presença da polícia passou a ser ostensiva nas atividades e organizações estrangeiras atuantes durante o Estado Novo. Os eventos, festividades e comemorações dessas associações deveriam ser comunicados com antecedência às autoridades. Os programas a serem executados – contendo discursos, as músicas e o conteúdo das peças teatrais – eram enviados para o DIP para serem avaliados. Se autorizado, policiais regulares acompanhavam o evento observando o cumprimento das determinações legais e avaliando se o conteúdo executado estava de acordo com o que fora autorizado. Ao mesmo tempo, os informantes e colaboracionistas, por meio de informes reservados, procuravam traçar um perfil dos frequentadores, observando se eles eram elementos conhecidos ou fichados pelo Deops. No caso de um desses agentes notarem irregularidades, a associação em questão poderia ser fechada. Dessa forma, **mesmo as associações consideradas anticomunistas** passaram a ter suas atividades severamente acompanhadas pela polícia. Essa mudança de postura demonstra que as ações do Estado, neste momento, com relação aos imigrantes, iam além do combate ao comunismo, embora nos discursos oficiais esse pretexto sempre fosse acionado. Tratava-se efetivamente de desarticular em território nacional qualquer manifestação política, cultural e de identidade que não estivesse em consonância com o entendimento de

sociedade idealizada pelo governo Vargas. (GODLIAUSKAS ZEN, 2010, p. 146-147, *grifo nosso*).

Assim, as diferenças culturais postas em jogo nos processos sociais permeados pela nacionalização, vão aos poucos atenuando as características do conteúdo étnico mais facilmente perceptíveis. A aculturação se dá mediada de aceitações e negações de dentro para fora e de fora para dentro do étnico. Em termos mais gerais, quanto à população e o contexto multiétnico, visam uma homogeneização cultural e linguística através da inserção compulsória da língua portuguesa como oficial e obrigatória para todos os Estados da Federação, bem como, da formação ideal de um cidadão brasileiro para o regime, que era compatível apenas quando nacionalizado.

Estas características, que estão associadas a uma igualdade formal segundo a qual há apenas hierarquia relativa e ligada a tarefas, presumem, e tornam necessário, que sejam realizadas uma alfabetização e uma educação universal e, assim, a homogeneidade e a continuidade cultural (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2011, 47-48).

Porém, para Gertz (2005, p. 146), tal ação “não atingiu de forma linear, uniforme, todos os grupos, havendo significativas diferenças na avaliação das várias populações estrangeiras”. Foram distintas as intensidades das ações e reações para distintos grupos étnicos. Foram comuns, porém, o fechamento de sociedades e iniciativas étnico-culturais, destarte que, algumas foram nacionalizadas. Conforme Malczewski (2008, p. 136), “em consequência da Nacionalização promovida em 1938, durante o Governo de Getúlio Vargas, 355 sociedades polonesas foram fechadas”.

Entre as distintas ações, a trajetória dos imigrantes poloneses, marcada pela experiência da tentativa de *despolonização*, se torna uma das motivações para que parem olhares mais atentos sobre o grupo e suas organizações, pois, como já mencionado anteriormente, ao citar o trabalho de Godliauskas Zen (2010), eram suspeitos de vocação revolucionária.

Neste sentido, as ações de repressão do DOPS e da polícia visavam o fichamento de suspeitos de subversão, o combate ao comunismo e o anarquismo, a contra espionagem, etc. Podemos somar à construção do imaginário do “perigo comunista”, o qual atingiu também os poloneses como possíveis “revolucionários”, a emergência simbólica de outra “ameaça”, com a ingerência do Estado polonês independente, desde 1918, nas colônias polonesas no sul do

Brasil, através da direção da emigração, do envio de instrutores e professores, a atuação de sociedades coloniais, ademais da inserção do consulado polonês nas instituições polonesas existentes antes de 1918.

As ações eram também motivadas pela ideia de “ameaça militar” de países que tinham imigrantes no país, como a noção de “perigo alemão” (GERTZ, 1991) ou o “perigo amarelo” (TAKEUCHI, 2008), enquanto construção de uma periculosidade simbólica que amplamente justificou o empreendimento nacionalizador varguista.

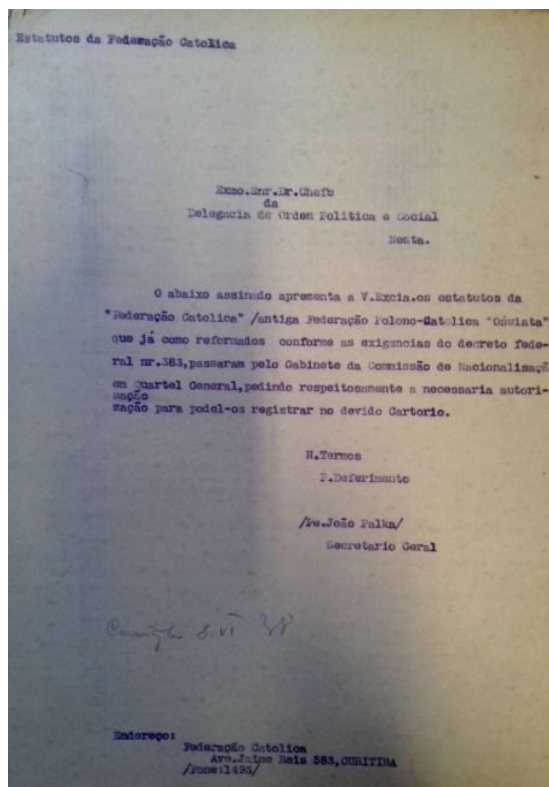
Escolas e associações polonesas foram fechadas e nacionalizadas. Polono-brasileiros foram fichados no DOPS e presos acusados de vinculações com a “causa polonesa” por falar sua língua em público, pertencer a grupos esportivos ou denunciar e lutar contra as práticas nacionalizadoras do regime, em suma, foram fiscalizados, restringidos e reprimidos na sua sociabilidade étnica.

As marcas da nacionalização compulsória são percebidas aos poucos na União das Sociedades *Oswiata*, com o passar do tempo se tornam mais claras, incisivas e intensificadas. São ações dadas a partir de órgãos oficiais e da imprensa nacional, que desarticulam a normalidade do funcionamento desta iniciativa em sua melhor e mais produtiva fase, dentre elas, a fiscalização rigorosa e efetiva por parte do Departamento de Polícia em Curitiba.

A fiscalização pelo Departamento de Polícia fez com que as atividades da *Oswiata* sofressem alguns ajustes que interviam diretamente na dinâmica da sociabilidade étnica e nas demarcações étnico-culturais-identitárias: a troca de nome no registro da Associação, a exclusividade da língua portuguesa nas atividades e orientações para suas filiadas, entre elas, as Sociedades Escolares, inserção de publicações da polícia e do governo com temáticas da campanha de nacionalização nos materiais produzidos pela associação, entre eles o Jornal LUD, prisão de padres da Missão, que em desobediência às orientações rezaram missas e prédicas em polonês.

Assim, conforme o ofício, figura 1, enviado em 1938 ao chefe da delegacia de polícia e assinado pelo secretário geral, o Pe. João Palka, devido às exigências do Decreto Federal nr.383, após registro em cartório, a União das Sociedades *Oswiata* passa a ser “Federação Católica” retirando de seu nome a marca étnica. “A nacionalização dos nomes utilizados pelas associações também tinham o mesmo sentido, o de fazer perder o referencial de identidade” [...] (GODLIAUSKAS ZEN, 2010, p. 147).

Figura 1 – Ofício enviado em 1938 ao chefe da delegacia de polícia e assinado pelo secretário geral da *Oswiata*, Pe. João Palka.



Fonte: Documento do Acervo dos Padres Vicentinos da Missão em Curitiba – PR (Pasta Nacionalização).

Apesar das intervenções da polícia e a retirada de alguns materiais da *Oswiata*, entre eles o catecismo em polonês, o acervo de jornais da organização (o LUD), veiculados em período anterior e também durante a nacionalização, encontra-se arquivado praticamente em sua integralidade, porém, com a nacionalização, deixa de ser produzido somente em polonês. Estes jornais, censurados ou não, são importantes fontes por ser um dos principais meios de comunicação da imprensa escrita da época.

Para além dos documentos oficiais, muitas vezes raros em estudos como este, trabalhar com fontes jornalísticas, seja da imprensa oficial ou da imprensa étnica tem sido muito proveitoso para questões políticas e culturais, destarte que, muitas fontes foram queimadas, dizimadas pela ação nacionalizante. Neste sentido, Maria Helena Capelato destaca:

A vida cotidiana nela (imprensa) registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história

e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO, 1988, p.21).

Na capa do Jornal “Diário da Noite” de São Paulo, ano de 1939, nas figuras 2 e 3, percebemos a efetividade da campanha, que faz aí um alerta de que a imprensa étnica, tratada como imprensa estrangeira, nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, estaria contra o Brasil e em favor de uma desnacionalização. Dentre os jornais citados, aparecem jornais editados em Curitiba pelo grupo étnico polono-brasileiro, como o *Polska Prawda*, o *Gazeta Polska w Brazylji* e também o LUD.

Figuras 2 e 3 – Página do Jornal “Diário da Noite” de São Paulo, ano de 1939.

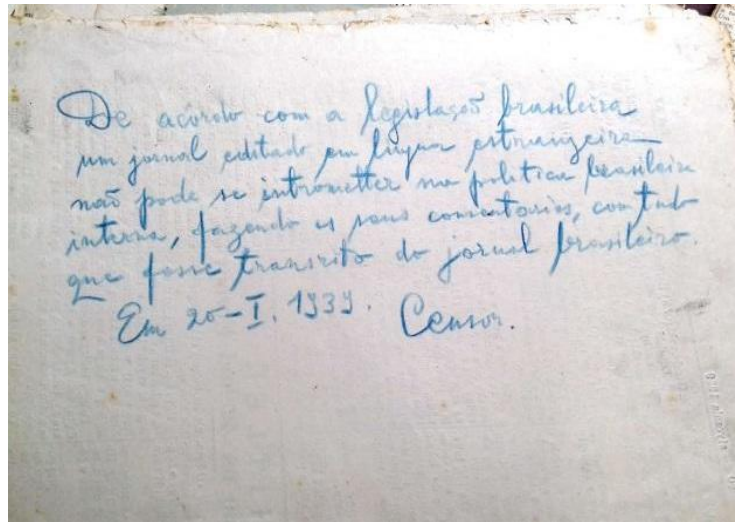


Fonte: Jornal do Acervo dos Padres Vicentinos da Missão em Curitiba – PR (Pasta Nacionalização).

O Jornal LUD é o principal meio de comunicação escrita da *Oswiata*, desenvolvido pelos padres da Missão. Mesmo com perfil anticomunista, sofre contínuas intervenções, dentre elas, a censura (conforme figura 4 e 5) e a sua utilização pelos representantes da nacionalização no departamento de polícia na veiculação de textos que tratavam das más práticas, dentre elas, as da imprensa e, da readequação destas através da campanha de nacionalização, conforme a figura 6, 7 e 8.

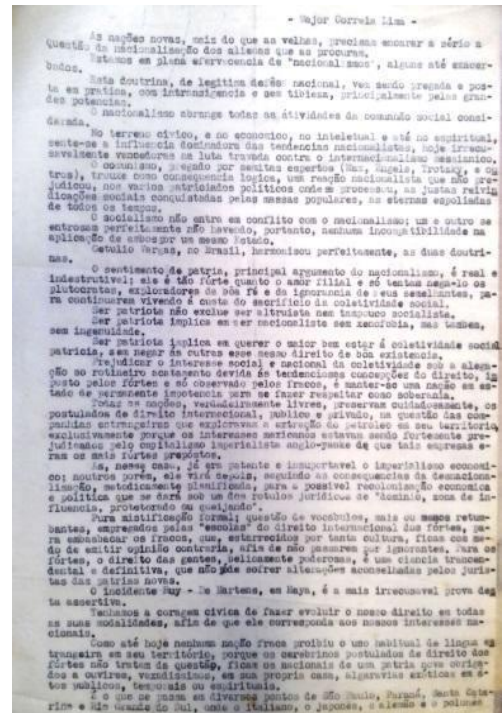
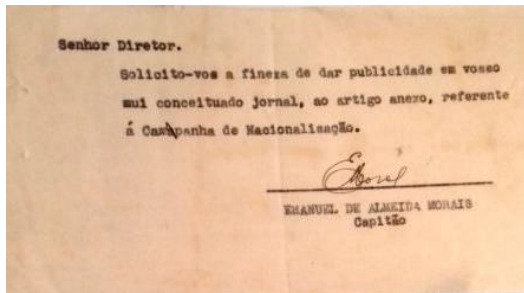


Figuras 4 e 5 – Página do Jornal “LUD”, Curitiba, ano de 1939.



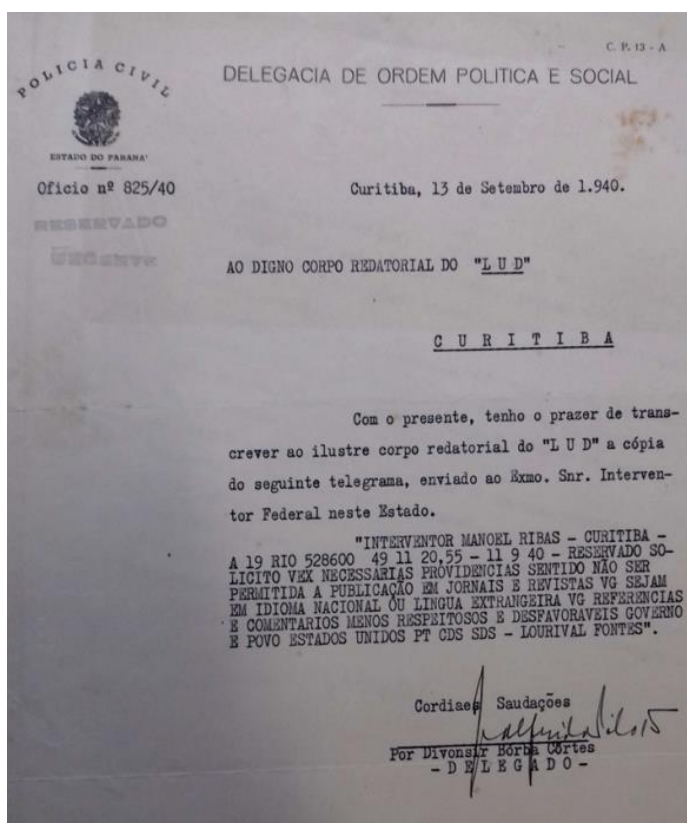
Fonte: Jornal do Acervo dos Padres Vicentinos da Missão em Curitiba – PR (Pasta Nacionalização).

Figuras 6 e 7 – Ofício do Capitão da Polícia, solicitando divulgação de artigo, Curitiba, ano de 1939.



Fonte: Documento do Acervo dos Padres Vicentinos da Missão em Curitiba – PR (Pasta Nacionalização).

Figura 8 - Ofício do Delegado de Polícia em nome do interventor federal no Estado, Curitiba, ano de 1940.



Fonte: Documento do Acervo dos Padres Vicentinos da Missão em Curitiba – PR (Pasta Nacionalização).

Em relação ao uso da língua, embora muito se utilizasse a língua materna, já era comum a prática do bilinguismo entre os imigrantes e seus descendentes, principalmente nas Sociedades Escolares do Paraná, onde, desde o início da década de 1920 era exigido o ensino bilíngue. Mesmo assim, conforme Renk (2014), o Decreto-Lei 406, juntamente com o Novo Código Escolar Estadual, limitou até mesmo a continuidade das atividades escolares bilíngues, permitindo somente a língua nacional. Podemos destacar também a proibição da circulação de materiais produzidos pela imprensa étnica, o ensino de história e geografia da Polônia, passando, assim como os cantos e manifestações cívicas, a ser somente voltadas ao Brasil. Conforme Malikoski (2016):

Os pontos decisivos para determinar o fim do processo de ensinos nas escolas étnicas polonesas no país foram os que faziam referência às restrições impostas para o uso e o ensino da língua estrangeira e, para algumas escolas, a obrigação de possuir professores brasileiros natos. Constatamos que muitas escolas tiveram de fechar suas portas, porque o professor era imigrante ou vinha diretamente da Polônia para atuar no ensino

e em sua organização. Em outras escolas, mantidas por associações, o objetivo era promover a cultura étnica polonesa pelo uso da língua, mas o Decreto de 1938 desestimulou a existência das mesmas. Algumas escolas foram assumidas pelo poder público, principalmente as que estavam mais organizadas e que conseguiram adequar-se às novas resoluções. Muitos professores que ensinavam nessas escolas, após serem aprovados em concursos, puderam ser aproveitados e continuaram à frente das escolas assumidas pelo poder público. Porém, boa parte das escolas étnicas simplesmente fechou suas portas e jamais foi reaberta. Havia escolas que até tentaram prosseguir com suas atividades, contudo, o novo Decreto-lei de agosto de 1939 (nº 1.545 – de 25 de agosto de 1939) impôs restrições maiores ao uso da língua estrangeira em repartições públicas, em locais de aglomeração ou de reuniões civis, como igrejas e associações. Nessa perspectiva de restrições, as escolas, bem como diversas associações étnicas, que insistiam em funcionar, foram compulsoriamente fechadas.

### **Considerações Finais**

Malikoski (2016, p. 76) ao estudar a nacionalização do ensino, afirma que apesar de Gertz (2014) identificar os imigrantes poloneses como não apresentando grandes preocupações por serem supostamente vistos como “marginais sociais” e motivo de intervenção policial para os nacionalizadores, “os efeitos desse processo também foram intensamente sentidos nas comunidades e nas organizações étnicas desse grupo de imigrantes”. As proibições das leis e dos decretos também aconteceram nos núcleos poloneses. Podemos atestar que a preocupação não estava simplesmente ligada à suposta condição de marginalidade, mas à condição política do Estado polonês após ser reconstituído em 1918, o imaginário da ameaça militar estrangeira da época, ou o perigo de complô das ideologias “alienígenas” de esquerda.

As diferenças culturais postas em jogo nos processos sociais, permeados pela nacionalização, vão aos poucos atenuando as características do conteúdo étnico mais facilmente perceptíveis. Assim, as atividades desenvolvidas na busca mais imediata pela manutenção da polonidade, passaram a sofrer severas restrições. No caso da União das Sociedades *Oswiata*, percebe-se um gradual processo de nacionalização tanto das atividades escolares, quanto nas demais, sócio-culturais e religiosas (missas e cultos em português), circulação de publicações como os jornais e imprensa pedagógica. O LUD mantém seu funcionamento, mas, passa a ser escrito em português e a veicular a divulgação da nacionalização a partir de publicações como as enviadas pelo Departamento de Polícia,

falando sobre as proibições e a necessidade da apropriação da cultura e do civismo que estariam para um ideal de identidade brasileira ou brasilidade.

Alguns anos após, percebemos certa reabilitação ou renovação da emergência da polonidade. Isso tem ocorrido de forma mais ampla e intensa após a ascensão do Papa polonês João Paulo II e através do consulado e outras instituições. Destacamos que, embora a retração em relação a estes processos de sociabilidade entre polono-brasileiros tenha sido uma dura realidade, percebemos aí, resistências e subversões que podem ter levado em conta as experiências políticas anteriores.

### **Referências bibliográficas:**

ARENDDT, Hannah. *As Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 832 p.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 100 p.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL/Editora Bertrand Brasil S.A, 1988. 244 p.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DEMBICZ, Andrzej; KIENIEWICZ, Jan (Orgs.). *Polônia e polono-brasileiros*. Varsóvia: Centro de Estudos Latino-Americanos/Cesla, 2001. 117p.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul/UCS, 1976. 136 p.

GERTZ, René Ernaini. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1991. 384p.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed Universidade de Passo Fundo/UPF, 2005. 198 p.

GLUCHOWSKI, Kasimierz. *Os poloneses no Brasil*. Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Tradução: Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005. 328 p.

KREUTZ, Lúcio. A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Santa Catarina: UFSC / ANPUH-SC, vol. 13, p. 65-89, 2005.

KREUTZ, Lúcio. Escolas Étnicas de Imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul. In: In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (Orgs.). *Imigração e Educação no Brasil: histórias, processos e práticas escolares*. Santa Maria: Editora UFSM, 2011, p. 285-307.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação polonesa: os fundamentos da educação escolar étnica revisitados. In: LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio (Orgs.). *Imigração e Educação no Brasil: histórias, processos e práticas escolares*. Santa Maria: Editora UFSM, 2011, p. 165-190.

MALIKOSKI, Adriano. *Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, (1875-1939)*. 2014. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

\_\_\_\_\_. Escolas entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul e a Nacionalização do Ensino. *Educação*, Santa Maria, v. 41, n.1, 2016.

MALCZEWSKI SChr, Zdzislaw. *Marcas da Presença polonesa no Brasil*. Varsóvia, Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerykańskich – Uniwersytetu Warszawskiego [Universidade de Varsóvia], 2008. [edição em português].

MALCZEWSKI SChr, Zdzislaw. *Polônia e polono-brasileiros: história e identidades*. Curitiba: Vicentina, 2007.

POUTIGNAT, Philippe, *Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*; tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2011. 250p.

QUADROS, Claudemir. (org). *Uma Gota Amarga: Itinerários da Nacionalização do Ensino no Brasil*. Santa Maria: Editora Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, 2014. 386p.

RENK, Valquíria Elita. *As Escolas Étnicas Polonesas e Ucrânicas no Paraná*. Curitiba: Appris, 2014. 286 p.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 26, n. 77, p. 47-62, 2011.

SEYFERTH, Giralda. Memória Coletiva, Identidade e Colonização: representações da diferença cultural no sul do Brasil. *Revista Métiis: história & cultura*, Caxias do Sul, v11, n.22, p. 13-39, 2012.

STAWINSKI, Alberto Victor. Introdução. In: GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul/UCS, 1976. 136 p.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. *O Perigo Amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito (1920-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2008. 288 p.

TOMACHESKI, Mauro Baltazar. *A terra prometida da Virgem Maria: imigrantes, viajantes intelectuais e colonos na imigração polaca*. 2014. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2014.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski, A II República da Polônia e os imigrantes poloneses no Brasil meridional (1918-1939). *Rev. História Helikon*, Curitiba, v.3, n.6, p.126-142.

WACHOWICZ, Rui Christovam. *As escolas da colonização polonesa no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2002. 128p.

WEBER, Regina. (2015), “Agentes e intelectuais étnicos entre os poloneses”, *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 1, pp. 253-273.

VEIGA, Cinthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Àtica Universidade, 2007. 328p.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina (2006). *Italianidade no Brasil meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS. Santa Maria: Ed. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, 2006. 280 p.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. *Imigração e revolução: lituanos, poloneses e russos sob vigilância do DEOPS*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP/FAPESP, 2010. 232p.

## **DOCUMENTOS:**

BRASIL. *Decreto-lei 406*, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. (Coleção de Decretos de 1931 a 1945).

Ofício da *Oswiata* ao chefe da delegacia de polícia – Acervo dos Padres Vicentinos da Missão – Pasta Nacionalização; Curitiba, 1938;

Ofício do Capitão da Polícia – Acervo dos Padres Vicentinos da Missão – Pasta Nacionalização; Curitiba, 1939;

Ofício do Capitão da Polícia – Acervo dos Padres Vicentinos da Missão – Pasta Nacionalização; Curitiba, 1939;

Ofício do Delegado de Polícia em nome do interventor federal no Estado – Acervo dos Padres Vicentinos da Missão – Pasta Nacionalização; Curitiba, 1940;